



PREVIDÊNCIA

POR UMA REFORMA JUSTA

A ANFIP-MG está engajada na luta por uma reforma da Previdência justa para toda a sociedade. Por isso, a Associação tem marcado presença nas mobilizações contra a PEC 6/2019, apresentada ao Congresso Nacional, em fevereiro de 2019, pelo governo federal. Confira como foram as mobilizações. (PÁGINAS 6, 7 e 8)



ANFIP DO FUTURO

Com a presença da ANFIP, associados de Minas ouviram detalhes e puderam tirar dúvidas sobre o processo de integração entre a Associação Nacional e as estaduais. Na ocasião, ainda houve atendimento jurídico e de serviços assistenciais.



(PÁGINA 3)

PLANO DE SAÚDE

A ANFIP-MG promoveu reuniões para esclarecer questões referentes aos planos de saúde da Unimed-BH (oferecido pela ANFIP-MG, por meio da Qualicorp/Aliança) e da Unimed Vitória (oferecido pela ANFIP, por meio da Benevix).

(PÁGINA 8)

BÔNUS DE EFICIÊNCIA

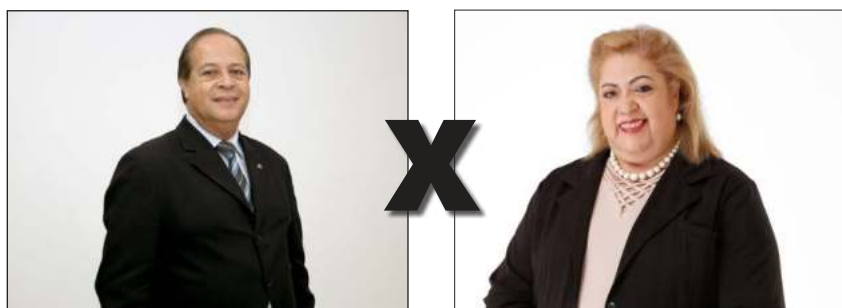
Julgamento da parcela remuneratória pelo TCU — que questiona sua constitucionalidade — foi suspenso em maio de 2019. A ANFIP atua como *amicus curiae* na demanda e, além disso, pretende ingressar com ações judiciais individuais. Entenda.

(PÁGINA 12)

ELEIÇÕES ANFIP

CONHEÇA OS CANDIDATOS E SUAS PROPOSTAS

A ANFIP-MG conversou com os candidatos a presidente das duas chapas que concorrem ao Conselho Executivo para o biênio 2019/2021, o mineiro **Décio Bruno Lopes** e a paulista **Sandra Tereza de Paiva Miranda**. Confira quais são suas propostas.



(PÁGINAS 4 E 5)

XXVII CONVENÇÃO

Aconteceu, entre os dias 30 de maio e 2 de junho de 2019, em Brasília/DF, a vigésima sétima edição do maior evento da ANFIP, ocasião em que foram discutidos assuntos de interesse da categoria, bem como definidas as chapas que concorrem à eleição.

(PÁGINAS 4 E 5)

EDITORIAL

NO RUMO DA MUDANÇA

Estamos à volta de mais um processo de renovação na direção da ANFIP. E, quando falamos de renovação, podemos supor que é momento de revigorar as energias, as esperanças, nossas expectativas.

Felizes de nós: o tempo acolhe nossos anseios em suas métricas. É isso que permite aquela renovação constante, cada vez um novo recomeço, como um ano novo, novos meses, semanas, dias.

Aliás, somos inquietude e transformação. A dinâmica da vida aí está. Como bem disse Baudrillard na obra *A Sociedade de Consumo*, “como o homem nunca se sente satisfeito, a história recomeça sempre indefinidamente”.

E é assim que enxergamos mais uma troca de conselheiros que conduzirão a atuação da ANFIP no futuro; corrigindo, com visão crítica, os erros passados e aprumando o peito para encarar os desafios que se desvelam.

Para a ANFIP-MG, esse pleito, particularmente, é motivo de muito orgulho. Nas duas chapas que medem forças, temos experientes e dedicados representantes mineiros. Na *Chapa 1 – União e Trabalho*, o candidato a presidente é Décio

Bruno Lopes. Na *Chapa 2, Anfip no Futuro*, há dois candidatos mineiros – Ilva Franca e Marcos Barbonaglia, na chapa de Sandra Tereza Paiva Miranda, candidata a presidente. Todos os três candidatos mineiros têm histórico de dedicação, tanto à ANFIP Nacional quanto à ANFIP-MG.

O momento é de grande preocupação entre os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, cujos direitos, status, remuneração e prestígio têm sido objeto de ataques permanentes. Esta eleição, portanto, não é uma eleição qualquer. A ANFIP, em Brasília, representa um peso considerável na definição de caminhos para nossa categoria. Ao votar em uma das chapas, dado o prestígio da Entidade, o colega Auditor-Fiscal está intervindo em seu próprio destino. Convém, pois, analisar com atenção os candidatos e votar conscientemente na chapa que se mostrar a mais indicada para defender nossos interesses.

O processo já começou. A eleição acontece no dia 18 de julho de 2019. Pode-se votar, presencialmente, na sede da ANFIP-MG, no dia da eleição (18/07/2019), entre 9h e 17h, ou por correspondência,

postando pelos Correios a cédula recebida para tal, até a data limite, 18/07/2019. Neste ano, será permitido o voto em trânsito para aqueles que, no dia 18 de julho, estiverem fora do seu domicílio eleitoral e que não tenham postado o voto por correspondência. Então, se você estiver em outra cidade, poderá comparecer a uma urna presencial para registrar a sua escolha.

Não se omita. Não deixe de votar. Vamos consolidar essa importante modalidade de escolha, o voto direto, e reafirmar a cultura democrática que se estabeleceu na ANFIP a partir de 2013, com a substituição do voto restrito aos convencionais pelo voto amplo de todos os associados na escolha de seus representantes.

A próxima diretoria terá ainda a missão de reestruturar e redefinir a ANFIP num projeto que altera sua relação com as associações estaduais — ANFIP do Futuro. Será um processo exaustivo, mas necessário para que a ANFIP se reinvente e continue efetiva na defesa dos interesses dos Auditores-Fiscais, da Previdência Social e da justiça fiscal.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A propósito de discussão recente sobre apoio de chapas que disputam eleição para diretoria da ANFIP Nacional no próximo dia 18/07/2019, a ANFIP-MG esclarece:

1. Todas as discussões realizadas no âmbito do Conselho Executivo da ANFIP-MG, bem como as votações que se seguiram, nas reuniões de 27/11/2018 e 20/12/2018, tiveram como tema apoio a associados pretendentes a constituição de chapa para disputar a referida eleição, e não apoio a candidato ou candidata. Candidatos e candidatas só viriam a existir a partir da XXVII Convenção Nacional que seria realizada em abril de 2019. Até aquele momento, havia pretendentes, e não candidatos;

2. As discussões começaram na reunião de 27/11/2018, em que Ilva Lauria relatou que manifestara no Rio de Janeiro “sua intenção de trabalhar para formar uma chapa e encabeçar como presidente para concorrer nas eleições da ANFIP em 2019”, pedindo em seguida “apoio à sua candidatura” (Ata da Reunião número 11 de 27/11/2018);

3. Esse pedido inicial – pedido de apoio à sua intenção de encabeçar uma chapa – delimitou a solicitação de Ilva e definiu o tema das discussões desta reunião do CE e de seu prolongamento na reunião seguinte, de 20/12/2018: apoio para encabeçar uma chapa, que ainda ia ser formada;

4. A formação de duas chapas – uma encabeçada por Décio, e a outra por Sandra – anula qualquer compromisso do CE porventura assumido sobre um tema que não mais existe: apoio a formação de uma chapa encabeçada por Ilva;

5. Sobre as manifestações posteriores, tanto do Conselheiro Marcos Barbonaglia em defesa de apoio a Ilva, quanto de Décio em réplica, fogem aos temas das discussões ocorridas no âmbito do Conselho Executivo, e permitem à ANFIP-MG e ao Conselho Executivo manterem-se equidistantes no atual processo eleitoral, inclusive liberando seus conselheiros para se manifestarem livremente sobre qualquer um dos candidatos.

Belo Horizonte, 26/06/2019

Fundador: Benedito César

CONSELHO EXECUTIVO

Titulares

Ana Maria Morais da Silva
Presidente

Afonso Ligório de Faria

Vice-Presidente Executivo

Lázaro Idino Bagliano

Vice-Presidente de Administração

Cássio José de Oliveira

Vice-Presidente de Finanças e
Patrimônio

Ilva Maria Franca Lauria

Vice-Presidente de Políticas de Classe e
Cultura Profissional

José Geraldo Heleno

Vice-Presidente de Comunicação e

Relações Públicas

Maria Lisboa Macedo

Vice-Presidente de Aposentados e

Pensionistas e Serviços Assistenciais

Maria de Fátima Carvalho Ponzio

Vice-Presidente de Esportes e Eventos

Sociais

Marcos Barbonaglia da Silva

Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos

Suplentes

Maria José Comanduci

1º Suplente

Walter Gandi Delogo

2º Suplente

Maria da Consolação dos S. Oliveira

3º Suplente

Mário Borges do Amaral

4º Suplente

Maria Geralda Vitor

5º Suplente

CONSELHO FISCAL

Titulares

Gabriel da Silva Neto

Presidente

Paulo Sérgio Lages

Coordenador

Eliana de Oliveira Santos Ramos

Relatora

Suplentes

Júnia Garcia de Mello Fróes

1º suplente

Expedito Antunes Gomes

2º suplente

Geralda Elizabete S. Castro Gilberto

3º suplente

REPRESENTANTES ANFIP-MG

Albertina Maria Fonseca

(Sete Lagoas)

Bernadette Mourão Duarte

(Belo Horizonte)

Gabriel da Silva Neto

(Contagem)

Lázaro Idino Bagliano

(Gov. Valadares)

Luiz Roberto Aguiar

(Uberaba)

Marcos Barbonaglia da Silva

(Poços de Caldas)

Maria do Carmo Lacerda

(Divinópolis)

Maria Regina de Souza

(Varginha)

Conselho Editorial

Ana Maria Morais da Silva, Afonso

Ligório de Faria, José Geraldo Heleno,

Ilva Franca e Márcio Soares Pereira.

Jornalista responsável:

Giuliano Peixoto

(Reg. Prof. MG 15069 JP)

Fotos e editoração eletrônica:

Giuliano Peixoto

Tiragem: 1.000 exemplares

Fale com a ANFIP-MG:

(31) 3201-3582 | Fax: (31) 3201-4829

Email: anfipmg@anfipmg.org.br

Site: www.anfipmg.org.br

Facebook: www.facebook.com/anfipmg

End.: Rua Carijós, 150, 7º Andar,

Centro, Belo Horizonte-MG

Os artigos assinados são de inteira
responsabilidade de seus autores e não
refletem, necessariamente, a opinião do
jornal ou da ANFIP-MG.

EM MINAS GERAIS

ASSOCIADOS PARTICIPAM DO ANFIP DO FUTURO ITINERANTE



A ANFIP-MG recebeu, no dia 17/05/2019, o ANFIP do Futuro Itinerante, projeto que teve início em 2018 e está percorrendo todos os estados, levando informações aos associados sobre a nova concepção do sistema ANFIP, que propõe um esforço conjunto da Nacional com as estaduais a fim de alavancar um espírito solidário e tornar esse sistema mais eficiente. O evento foi transmitido, ao vivo, pelo Facebook (confira nos endereços <http://bit.ly/2x6VuXB> e <http://bit.ly/2ZD79tg>).

Compuseram a mesa de abertura do evento a presidente da ANFIP-MG, Ana Maria Morais da Silva; o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto; e os vice-presidentes da ANFIP, Décio Bruno Lopes (Assuntos da Seguridade Social), e Ilva Maria Franca Lauria (Assuntos Parlamentares). O vice-presidente de Serviços Assistenciais, Ariovaldo Cirelo, também esteve presente.



Ao longo do dia, os associados tiveram a oportunidade de conhecer os novos valores, Missão e Visão da ANFIP, bem como tirar dúvidas e discutir com os dirigentes da Nacional temas de interesse de todos, especialmente no que diz respeito à governança, às ações judiciais, serviços assistenciais, plano de saúde e sobre o processo de integração entre a ANFIP e as estaduais, com unificação da nomenclatura (todas as entidades passarão a ter o nome ANFIP com a terminação da sigla do respectivo estado) e das mensalidades.

Conforme esclareceu o presidente da Entidade, Floriano Martins de Sá Neto, o projeto

prevê três fases iniciais. A primeira é a mudança da nomenclatura, que a ANFIP-MG já fez há vários anos, sendo a pioneira. A segunda fase, opcional, é a unificação da mensalidade. “A comissão da ANFIP do Futuro fez várias simulações para chegar a um valor que custeasse as duas entidades. Essa junção já está à disposição das regionais. A consignação seria feita pela ANFIP e, em seguida, seria repassado o recurso para a estadual. Isso deve ser uma decisão dos associados da ANFIP-MG e da ANFIP em Minas Gerais, por meio de assembleia”, observou.

O terceiro passo seria decidir a estrutura da estadual, se seria uma filial ou algo parecido com o que o sindicato tem hoje: uma delegacia sindical que utiliza o CNPJ da entidade nacional, com um número diferencial. Essa etapa também seria decidida por meio de assembleia.

“Estamos pensando em mudar o modelo atual para que tenhamos uma gestão mais leve e eficiente, além de fortalecer a entidade. Temos que viajar menos a Brasília. Será que não conseguiríamos ter uma atuação à distância? Não poderíamos fazer política nos estados com mais regularidade?”, indagou Floriano, fazendo menção a um dos problemas enfrentados pela ANFIP que pode prejudicar a atuação da entidade: a MP 873/19, que proíbe consignação de mensalidades em folha de pagamento, mas está suspensa por decisão liminar.

“Ela [a MP 873] impõe a cobrança da mensalidade por boleto. Isso é um problema, pois,



Esq. p/ dir.: Ariovaldo Cirelo, Ilva Franca, Floriano Neto, Ana Maria Silva, Décio Lopes, Fátima Ponzo, José Heleno, Lázaro Bagliano, Maria Lisoa.

às vezes, o boleto não chega para o associado ou ele pode se esquecer de pagar. Então, prevenimos uma perda muito grande de receita. A coisa tem que ser enfrentada. Essa é a realidade. Então, temos que refletir e nos resguardar, nos fortalecer enquanto entidade de classe”, argumentou Floriano.

Durante sua apresentação, Floriano Sá Neto falou sobre o andamento do julgamento de mérito do Bônus de Eficiência e Produtividade no Tribunal de Contas da União (TCU). Diante do parecer da área técnica do órgão, Floriano está otimista que haja uma decisão favorável à tese da ANFIP, de que no pagamento incida contribuição previdenciária e que a parcela seja extensível de modo paritário aos aposentados e pensionistas. “O acórdão, vindo nessa linha que estávamos esperando, favorece nossa tese de que o bônus, sem afeição, com parcela fixa, tem que ser pago para todos”, afirmou.

O presidente da ANFIP ainda fez questão de mencionar a campanha de recadastramento promovida pela Associação, que, segundo ele, é mais uma ação que busca o fortalecimento da Entidade, com a obtenção de novos associados. “É importante, principalmente, no caso de uma ação judicial, pois colegas podem ficar de fora, caso seus dados estejam desatualizados”, disse.

Floriano também abordou a reforma da Previdência (PEC 6/2019) e falou sobre o pioneirismo da ANFIP, em conjunto com a Fenafisco e mais de 40 especialistas, em fazer um diagnóstico do Sistema Tributário Nacional, o qual embasa a Reforma Tributária Solidária, lançada pela Entidade, e que será, em breve, transformada em PEC ou projeto de lei.

Ele ainda introduziu informações sobre o plano de saúde da Unimed Vitória e sobre os serviços assistenciais prestados pela Associação, que foram detalhados, no período da tarde, pelo vice-presidente de Serviços Assistenciais da ANFIP, Ariovaldo Cirelo.

À tarde, as equipes do Jurídico da ANFIP e do escritório Mota & Advogados Associados também esclareceram dúvidas dos associados sobre as principais ações judiciais movidas pela Associação. Inicialmente, foram repassadas informações gerais; posteriormente, os associados tiveram a oportunidade de consultar informações individuais, já que os membros das equipes prestaram atendimento personalizado ao público presente.



Após a reunião, foi prestado atendimento jurídico e de serviços assistenciais aos associados de MG.

ANFIP REALIZA SUA XXVII CONVENÇÃO NACIONAL

O plenário da XXVII Convenção Nacional da ANFIP reuniu, entre os dias 30 de maio e 2 de junho de 2019, no Quality Hotel & Suítes, em Brasília/DF, Auditores-Fiscais da Receita Federal de todo país, familiares e convidados, para o

evento de maior expressão política da Entidade, onde são reafirmadas suas ações na busca de melhorias para o serviço público e seus servidores, e onde se defendem ideias sobre causas sociais, justiça fiscal e sobre o fortalecimento das relações entre os associados.

Minas Gerais foi representada pelos convencionais (foto) Ana Maria Moraes da Silva, Cássio Oliveira, Décio Bruno Lopes, Ilva Franca e Marcos Barbonaglia, além de vários associados.



Esq. p/ dir.: Cássio, Ana Maria, Décio, Marcos, Ilva.

do evento e aos integrantes do Conselho Executivo, os quais citou nominalmente. “Não se consegue fazer um trabalho se não for em conjunto. Sem este Conselho, não conseguiríamos fazer o que fizemos. A gente concorda e discorda, mas no final de tudo, sobressai o coletivo”, frisou. Ele estendeu os agradecimentos ao Conselho Fiscal e de Representantes e destacou a importância da união e da organização nas bases.

Um dos destaques da abertura foi o reco-

A mesa de abertura contou com a presença dos deputados Rodrigo Coelho (PSB/SC) e Érika Kokay (PT/DF), além do presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, e de outras autoridades.

O presidente agradeceu à organização

nhocimento da atuação da ANFIP por parte de parlamentares. O deputado Rodrigo Coelho (PSB/SC) afirmou que, como advogado da área previdenciária, sempre utiliza os estudos produzidos pela ANFIP e ressaltou o trabalho da Associação no combate à PEC 6/2019, da reforma da Previdência. “A ANFIP tem sido parceira e nos tem dado grande apoio lá no Congresso Nacional”, afirmou.

A deputada Érika Kokay (PT/DF) falou da gratidão que sente em relação à ANFIP, que, com seus trabalhos, subsidia os parlamentares em suas atividades. “Felizes são aqueles que, ao desenvolverem suas atividades cotidianas, desenvolvem-nas para que o país seja mais justo e solidário”, destacou, ao falar da perspectiva de trabalho da Associação para a conquista da justiça fiscal no país. Érika lembrou as atividades parlamentares da ANFIP na legislatura passada contra a reforma da Previdência, que perdura ainda hoje. “Foi a ANFIP que disputou as narrativas com coragem e des-

ELEIÇÕES: CONHEÇA OS CANDIDATOS E SUAS P

Está chegando a hora de um dos maiores acontecimentos da ANFIP. A Entidade realiza, no dia 18 de julho de 2019, a eleição para composição dos Conselhos Executivo e Fiscal que conduzirão seus trabalhos no biênio 2019/2021.

Para o pleito, foram inscritas duas chapas, ambas com representantes de Minas Gerais. Na Chapa 1 – União e Trabalho, o candidato a presidente é o mineiro Décio Bruno Lopes. Na Chapa 2 – ANFIP no Futuro, encabeçada por Sandra Tereza Paiva Miranda, Ilva Franca será VP Executiva e Marcos Barbonaglia, VP de Assuntos Parlamentares.

Além disso, também faz parte desse processo o VP de Finanças e Patrimônio da ANFIP-MG, Cássio José Oliveira, que é membro da Comissão Eleitoral Nacional (CEN).

Com o objetivo de auxiliar os associados em sua escolha, conversamos com os representantes de cada chapa, que apresentaram suas propostas. Confira!

Concorrendo pela Chapa 1, Décio Lopes informa que sua gestão pretende atuar em duas frentes, interna e externa. “Internamente, trabalharemos as questões corporativas, como a atuação firme e permanente na defesa da manutenção e melhoria da remuneração dos Auditores-Fiscais, buscando paridade entre ati-



Décio Bruno Lopes.

vos e aposentados e a volta do subsídio. Também lutaremos pelo fortalecimento da Receita Federal do Brasil, bem como pela manutenção e consolidação dos direitos e prerrogativas conquistados pelos Auditores-Fiscais, buscando a valorização da Carreira Tributária e Aduaneira como carreira típica de Estado”, disse.

Quanto às ações judiciais, ele afirma que a gestão irá intensificar os trabalhos a fim de agilizar o pagamento dos respectivos valores aos associados.

Em relação ao plano de saúde e aos serviços assistenciais, o candidato disse que o Conselho irá procurar avaliar, constantemente, a qualidade da prestação dos serviços e a me-

lhoria dos valores a pagar. “Ainda queremos fortalecer o plano da Geap, além de manter e ampliar os serviços assistenciais”, declarou.

Sobre as ações para ingresso de novos associados, disse que pretende trabalhar em conjunto com as regionais da ANFIP.

Ainda, no plano interno, “atuaremos em relação a questões administrativas, como revisão de procedimentos que implicam na implementação de Manual de Boas Práticas de Gestão Corporativa como forma de evitar a exposição da ANFIP a riscos. Também atuaremos na revisão de contratos em vigor, com objetivo de evitar desperdício de recursos e otimizar as despesas para que se adequem às receitas”, pontuou.

Ele faz questão de frisar que sua gestão assume o compromisso de sempre promover decisões colegiadas, de modo que a realização de despesas seja previamente aprovada pelo Conselho Executivo.

“Trabalharemos, com afinco pela relação de parceria e cordialidade entre colaboradores, com os membros dos Conselhos da ANFIP nas questões que dependam de atuação conjunta, bem como com as regionais e representações. Ademais trabalharemos pelo fortalecimento da Escola Virtual da ANFIP, na promoção de cursos de interesse dos associados”, complementou.

No plano externo, disse que pretende manter as ações da ANFIP, que, desde sempre, levaram o seu protagonismo junto à sociedade e aos Poderes Executivo e Legislativo, como a defesa da Previdência Social Pública e da Seguridade Social e da justiça fiscal; a ação enérgica em relação à PEC 06/2019, para

trinchou os dados para termos argumentos necessários para dizer que essa reforma penaliza a população de baixa renda do país. De R\$ 1 trilhão, R\$ 800 bilhões saem do RGPS”, frisou.

Depois da abertura oficial, os trabalhos da XXVII Convenção Nacional começaram com a eleição da Mesa Coordenadora do evento. O processo foi conduzido pelo presidente Florian Martins de Sá Neto.

Ao longo do evento, aconteceram várias atividades: foi eleita a Comissão Eleitoral Nacional; foram instaladas as Comissões Técnicas de Reformas e/ou Alterações Estatutárias, de Interesse Público e de Classe, e de Análise de Propostas de Diretrizes, Moções e Prestações de Contas, pelas quais os convencionais foram distribuídos para atuar; bem como foram promovidos painéis sobre temas de interesses relevantes para a categoria.

O primeiro painel foi **Um país sem fiscalização é um país sem lei**, cujo palestrante foi o Auditor-Fiscal Marcelo Lettieri.

No segundo painel, o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo Machado, abordou o tema **Reforma Tributária Solidária – A Reforma Necessária**.

No terceiro, o presidente Florian Martins

de Sá Neto discutiu a PEC 6/2019 (reforma da Previdência) e, por fim, houve a apresentação teatral do Grupo G7 - Cia de comédia, com a peça **Auto Ajude-se**. O grupo brasiliense tem 18 anos de trajetória, mais de um milhão de espectadores e 12 peças originais. Na ocasião, os debates do plenário deram espaço a muitas gargalhadas. Além da descontração, a apresentação teatral representou um momento de interação, harmonia e muita alegria.

Ainda durante a Convenção, os participantes prestigiaram o lançamento da 7ª edição do livro **A Previdência Social e a Economia dos Municípios**, cujo autor é o Auditor-Fiscal Álvaro Sólon de França.

Em clima de confraternização, a XXVII Convenção Nacional da ANFIP foi encerrada na noite do dia 02/06/2019.

Todos os acontecimentos do plenário foram transmitidos pelo Facebook da ANFIP e as notícias relacionadas à XXVII Convenção Nacional podem ser consultadas no endereço <http://bit.ly/2LnouT5>



VP DA ANFIP-MG COMPÕE COMISSÃO ELEITORAL NACIONAL

O vice-presidente de Finanças e Patrimônio da ANFIP-MG, Cássio José Oliveira, foi eleito para a Comissão Nacional Eleitoral da ANFIP, que conduzirá o processo de eleição dos Conselhos Executivo e Fiscal da Entidade para o biênio 2019/2021.

A votação da escolha dos integrantes da Comissão Eleitoral foi conduzida pela Mesa Coordenadora da XXVII Convenção Nacional.

A primeira resolução da Comissão Eleitoral Nacional (CEN) definiu que, em razão de exiguidade do tempo, não haverá voto eletrônico na eleição para os Conselhos Executivo

e Fiscal da ANFIP a ser realizada no dia 18 de julho de 2019, ficando à disposição do eleitor as modalidades de voto em urna e por correspondência, diz o documento. (Com informações da ANFIP).

PROPOSTAS

evitar prejuízos aos servidores públicos e aos trabalhadores da iniciativa privada; e o trabalho junto ao Poder Legislativo na discussão do projeto Reforma Tributária Solidária.

“O futuro da ANFIP depende das ações tomadas pelas administrações no presente, principalmente no que tange ao controle de gastos, gestão financeira adequada e relacionamento entre os órgãos estatutários. O programa ANFIP do Futuro pode contribuir para um melhor entrosamento entre os Conselhos Executivo, Fiscal e de Representantes no objetivo de se manter uma entidade capaz de se manter firme para enfrentar as incertezas do futuro.”

“Aos associados, deixo a seguinte mensagem: a ANFIP é o nosso porto seguro. É a entidade que nos representa e mantém a nossa identidade. Portanto, devemos trabalhar unidos para defendê-la e manter sua integridade. Com o apoio da maioria dos estados brasileiros e após cinco mandatos na ANFIP e um na ANFIP-MG, sou candidato à presidência da ANFIP Nacional pela Chapa 1, composta por ‘anfipianos’ autênticos, das mais diversas regiões do Brasil. Esperamos contar com o seu voto para que, após 33 anos, a ANFIP possa ter, novamente, um presidente de Minas Gerais. Teremos uma equipe de conselheiros que deseja manter uma ANFIP forte no presente com vistas a se manter no futuro. Contamos com todos vocês. Um grande abraço!”

Concorrendo pela Chapa 2, Sandra Miranda defende uma gestão dinâmica e eficaz, em frentes de batalha nacional e interna.

Em âmbito nacional, as principais ações dizem respeito à agilização da execução e

pagamento das ações judiciais; recuperação das perdas salariais, assim como defesa firme da manutenção de suas atribuições privativas; defesa intransigente da paridade entre ativos e aposentados; gestão moderna e participativa, visando à otimização de custos e eficácia nos resultados; luta pelo direito de todos os Auditores-Fiscais aposentarem-se com integralidade e paridade; priorizar a defesa da Seguridade Social e o combate aos termos da PEC 06/2019 (reforma da Previdência); formulação de propostas e estudos envolvendo



Sandra Tereza Paiva Miranda.

a reforma tributária, visando à justiça fiscal; combate ao desmonte da Aduana brasileira, ao esquecimento da cultura da Fiscalização Previdenciária e à redução da Auditoria de Tributos Internos; continuidade da elaboração de estudos e efetivação de propostas sobre a administração tributária brasileira;

Por outro lado, em âmbito interno, Sandra Paiva pretende priorizar o remodelamento do setor jurídico, tornando-o mais ativo e transparente, com melhores canais de comunicação; criar cooperativas de crédito e novas parcerias, com ampliação do Clube de Vantagens nas áreas de venda de veículos, seguros, turismo, farmácias, assistência jurídica e atendimento

em geral; continuar o trabalho de melhoria do plano de saúde, com autonomia, trazendo redução das mensalidades e da coparticipação e ampliação da rede credenciada.

“Nossa grande bandeira será sempre o respeito e a defesa do associado e da categoria, bem como o fortalecimento e a modernização da ANFIP para a conquista de novos associados. Pretendemos continuar o protagonismo na reforma da Previdência e na Reforma Tributária Solidária — que será a verdadeira promotora de justiça social, além de abrir novos caminhos de estudos e debates nos assuntos de responsabilidade social do país”, diz Sandra.

Sobre a ANFIP do Futuro, a candidata ressalta o protagonismo conquistado pela Associação. “Construímos um legado histórico. A ANFIP é detentora de respeito nacional pelos trabalhos de defesa da Previdência Social, da Seguridade Social, da Reforma Tributária Solidária e pelo seu envolvimento nas causas sociais do país. Seremos, no futuro, uma referência de entidade de classe, em razão do seu profissionalismo, eficácia nos resultados, com retorno para seus associados e pelo seu reconhecimento nacional e internacional.

“Nossa bandeira é de paz, amor, respeito e união. Somos Auditores-Fiscais, seres humanos, cuja missão é construir um mundo melhor. Neste sentido, é imperativa a participação de todos! Se todos participam, mais facilmente conseguimos atingir os objetivos comuns, quer como entidade, quer como cidadãos, quer como profissionais. Vamos nos unir de fato e permitir que as ideologias e diferenças possam conviver em paz, pois somos uma sociedade plural. Isso nos fortalece e nos faz melhores. É a união e o senso comum que conduzem ao engrandecimento e sucesso da nossa Entidade. Vamos unir nossa categoria! Vem com a gente!”, exaltou.

ANFIP-MG NA LUTA POR UMA R

Há dois anos, na edição nº 221 do Jornal da ANFIP-MG, publicávamos uma série de atos públicos e mobilizações realizados em apoio à luta por uma reforma da Previdência que refletisse nossos valores e fosse ao encontro dos anseios dos servidores públicos em geral, dos trabalhadores e da justiça social e fiscal. A nossa luta havia começado no ano anterior, quando o ex-presidente Michel Temer enviou ao Congresso Nacional a PEC 287/2016. E, novamente, aqui estamos, defendendo os mesmos princípios, contra uma proposta muito mais temerosa, a PEC 6/2019, do governo Bolsonaro. A seguir, estão sintetizados os principais atos que retratam a atuação da ANFIP-MG nessa luta. Confira e mobilize-se também!

ALMG RECEBE A MAIOR AUDIÊNCIA PÚBLICA DA HISTÓRIA



Aconteceu no dia **12 de abril de 2019** a maior audiência pública que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais já realizou, segundo palavras do deputado estadual Celinho do Sinttrocel (PC-doB). O evento foi marcado pela presença de mais de cinco mil trabalhadores — especialmente rurais —, que protestaram contra a reforma da Previdência (PEC 6/2019) nos termos em que foi proposta pelo governo federal e seus impactos negativos para toda a sociedade.

Além da vice-presidente de Política de Classe e Cultura Profissional da ANFIP-MG, vice-presidente de Assuntos Parlamentares da ANFIP e coordenadora da Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social, Ilva Franca, que compôs a mesa de debates da audiência, ainda estiveram presentes os vice-presidentes da ANFIP-MG, José Geraldo Heleno (Comunicação e Relações Públicas), Maria Lisboa Macedo (Aposentados e Pensionistas) e Maria de Fátima Ponzo (Esportes e Eventos Sociais); os vice-presidentes da ANFIP Sandra Tereza de Paiva Miranda (Executiva) e Décio Bruno Lopes (Assuntos da Seguridade Social); além de vários associados, dentre eles a suplente do Conselho Executivo da Associação, Maria José Comanduci, e a ex-presidente Ana Lúcia Guimarães Silva.

Em sua exposição, Ilva Franca mencionou o objetivo da Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social (formada por 95 entidades, entre asso-

ciações, sindicatos, centrais sindicais, movimentos sociais, dentre outros), de defender uma previdência pública justa para todos os brasileiros, bem como relacionou os principais pontos perversos da PEC 6/2019, como a desconstitucionalização, o regime de capitalização, a mudança do BPC, o aumento de contribuição previdenciária para até 22% (com a possibilidade de cobranças extraordinárias, o que representa um confisco, segundo ela) e a injustiça com professores e trabalhadores rurais.

Após a audiência, os manifestantes seguiram pelas ruas da capital em caminhada até a Praça da Estação, onde foram feitos mais discursos. Ao longo do cortejo, os animadores do carro de som gritaram palavras de ordem, alertando a população sobre os prejuízos que a reforma da Previdência nos termos propostos levará a toda a sociedade e chamando todos a se mobilizarem, para não permitir mais perdas de direitos.



REFORMAS SÃO DISCUTIDAS EM SEMINÁRIO DO IEFi



No dia **29 de abril 2019**, aconteceu mais um evento em BH, a fim de se discutirem as reformas Tributária e da Previdência: o seminário **Reformas Previdenciária e Tributária**, realizado pelo Instituto de Estudos Fiscais (IEFi), que contou com a participação de professores, representantes de governo e de Ilva Franca.

O primeiro painel, que teve a participação da VP da ANFIP-MG, tratou sobre a reforma da Previdência. A primeira palestra foi do professor de Direito Previdenciário da PUC Minas, Matheus Mendonça.

Em seguida, Ilva Franca fez uma exposição dos principais pontos do sistema previdenciário brasileiro que serão alterados caso a PEC 6/2019 seja aprovada nos termos propostos e declarou que “essa PEC é draconiana, pior do que a anterior, a PEC 287/2016. Entendemos que há necessidade de reforma, mas uma que não retire direitos sociais dos trabalhadores e da sociedade como um todo”, disse.

A última apresentação do primeiro painel foi feita pela Auditora-Fiscal e professora de Direito Previdenciário da PUC Minas, Miriam Denise Xavier Lazarini.

O segundo painel contou com apresentações do professor de Direito Previdenciário da UERJ, Fábio Zambitte; com o ex-ministro da Previdência, Carlos Gabas; e com o subsecretário do Regime Geral de Previdência Social do governo federal, Rogério Nagamine Costanzi.

Na segunda parte do seminário, especialistas debateram a reforma tributária, ocasião em que Ilva Franca aproveitou para falar do projeto Reforma Tributária Solidária, da ANFIP, em parceria com a Fenafisco.

Franca ressaltou que a Reforma Tributária Solidária visa propor uma redução dos impostos sobre o consumo, que tanto afetam o trabalhador e a classe média. Em contrapartida, segundo ela, haveria um aumento de tributação sobre as grandes riquezas, sobre a renda e os dividendos.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA JUSTA

FRENTE MINEIRA PROMOVE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALMG



A Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social promoveu, no dia **10 de maio de 2019**, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em BH, uma importante audiência pública, para debater a PEC 6/2019 (reforma da Previdência).

Novamente representando a ANFIP-MG, a ANFIP e a Frente Mineira, Ilva Franca compôs a mesa de debates.

O evento contou com palestras da economista e professora da UFRJ, Denise Gentil; do economista e especialista em Previdência, José Prata; e do advogado, membro da Comissão de Direito Previdenciário da OAB/MG e presidente do Ieprev, Roberto de Carvalho. Os debates foram conduzidos pelos deputados estaduais André Quintão (PT) e Marília Campos (PT).

Também estiveram presentes as vice-presidentes de Esportes e Eventos Sociais da ANFIP-MG, Fátima Ponzo; a suplente do Conselho Fiscal da ANFIP-MG, Júnia Frões; o vice-presidente de Assuntos da Seguridade da ANFIP, Décio Bruno Lopes; e vários associados destas entidades.

Em sua exposição, como vem fazendo em todos os eventos dos quais participa, Franca apontou os aspectos gerais da PEC 6/2019, com destaque para a desconstitucionalização e o regime de capitalização.

A desconstitucionalização, segundo ela, pode proporcionar o que aconteceu com a reforma trabalhista e a terceirização. “Aprovaram na calada da noite, pois não havia necessidade de quórum qualificado. É o que querem fazer com a Previ-

dência. Desconstitucionalizar para, posteriormente, fazerem alterações sem maiores entraves”, disse.

“Já a capitalização é um modelo baseado no individualismo. O trabalhador vai colocar o dinheiro em um banco privado e nem o patrão nem o governo vão depositar sua parte. Imaginem se isso tem condição de dar certo? No Chile não deu. As pessoas que estão aposentando lá agora estão até suicidando, pois o benefício delas não dá para nada”, informou.

Franca ainda fez questão de frisar que as regras de transição são extremamente draconianas, promovendo rupturas para quem já está no mercado de trabalho, seja nas empresas privadas e, principalmente, no serviço público.

Outro ponto que ela destacou foi o aumento das alíquotas de contribuição previdenciária, sobretudo as dos servidores públicos, que podem chegar a 22% da remuneração. “Os servidores públicos contribuem sobre toda a remuneração. Fazendo o cálculo, verificamos que o montante gerado pela contribuição deles durante toda a vida laboral daria para custear a aposentadoria por mais tempo do que seria sua sobrevivência”, afirmou.

Por fim, Franca afirmou que a única forma de impedir uma reforma prejudicial é com mobilização. “Participando de atos públicos, conscientizando nossos familiares. Trabalhadores, servidores públicos, aposentados, pensionistas, jovens, idosos e toda a sociedade devem se unir e se manifestar. Mas não podemos, simplesmente, falar que não queremos essa reforma do jeito que está e não apresentar emendas”, disse.



ANFIP-MG APOIA O V CONGRESSO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO



A ANFIP-MG participou, entre os dias **23 e 25 de maio de 2019**, no hotel Ouro Minas, em BH/MG, do **V Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário**, promovido pelo Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev) e que teve a ANFIP com uma das entidades apoiadoras.

A mesa de abertura do evento contou com a presença da VP de política de Classe e Cultura Profissional da ANFIP-MG, VP de Assuntos Parlamentares da ANFIP e coordenadora da Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social, Ilva Franca.

Já o VP de Assuntos da Seguridade Social da ANFIP, Décio Bruno Lopes, compôs a mesa da conferência de abertura, que contou com palestra do ministro do STJ, Luiz Alberto Gurgel de Faria, com o tema **A Previdência sob o olhar do STJ**.

O VP de Finanças e Patrimônio da ANFIP-MG, Cássio Oliveira; a suplente do Conselho Executivo da Associação, Maria José Comanduci; a presidente e a suplente da Diretoria Executiva da Fundação ANFIP, Aurora Borges e Neiva Maciel, respectivamente; além das associadas Ana Lúcia Guimarães Silva e Terezinha Franco, também participaram do evento.

Em seu pronunciamento, Ilva Franca falou sobre o trabalho da ANFIP, ANFIP-MG e Frente Mineira na defesa da Previdência Social Pública, criticou os termos da PEC 6/2019 (reforma da Previdência), além de citar e mostrar os livros publicados pela ANFIP: **Análise da Seguridade Social** (publicado

todo ano); **30 Anos da seguridade Social** (lançado novembro de 2018, no Congresso Nacional); e **A Previdência Social e a Economia dos Municípios** (lançado no Congresso Nacional neste ano).

No segundo dia do evento, Décio Bruno Lopes ministrou a oficina **Cases versando sobre a incidência de imposto de renda nos benefícios da previdência complementar**. Ele classificou o tema como bastante relevante, uma vez que muita gente tem dúvidas em relação à previdência complementar no momento de fazer a declaração de ajuste anual do Imposto de Renda.

Décio explicou como os beneficiários de planos de previdência complementar podem se beneficiar das alíquotas de imposto de renda em seus resgates ou no recebimento de benefícios, além de esclarecer dúvidas dos participantes.



PARTICIPAÇÃO NO ATO PÚBLICO UNIFICADO DE 14 DE JUNHO

A ANFIP-MG marcou presença no ato público unificado ocorrido durante a greve geral, realizada no dia 14/06/2019, em todo o país, em defesa de uma reforma da Previdência justa e contra a retirada de direitos trabalhistas e sociais.

Representaram a Associação a VP de Política de Classe da ANFIP-MG, VP de Assuntos Parlamentares da ANFIP e coordenadora da Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social, Ilva Franca; o VP de Patrimônio e Finanças, Cássio Oliveira; e a suplente do Conselho Fiscal, Júnia Fróes.

Em BH/MG, o ato público começou na praça Afonso Arinos, região central da capital mineira. Posteriormente, os manifestantes seguiram em passeata pela avenida Afonso Pena até a praça da Estação, também na região central. Ao longo do trajeto, eles gritaram palavras de ordem contra os termos da reforma e contra

o governo.

Em sua manifestação (confira em <https://youtu.be/rZPGjYtPcFQ>), Ilva Franca afirmou que “apenas com mobilizações como essa conseguiremos derrubar essa reforma da Previdência, que é prejudicial a todo o povo brasileiro”.

Ela lembrou que, no dia anterior (13/06/2019), foi apresentado o relatório da Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a analisar a PEC 6/2019 (que dispõe sobre a reforma). “Já conseguimos retirar alguns pontos, mas [a proposta] ainda continua draconiana, punindo todos os trabalhadores brasileiros. Não podemos deixar essa reforma passar. Eles estão querendo desconstitucionalizar a Previdência Social — retirando regras da Constituição Federal — e permitir que, através de Lei Complementar, sejam alterados nossos direitos previdenciários, a exemplo do

que fizeram na reforma trabalhista e na terceirização”, criticou.



ASSOCIAÇÃO PROMOVE REUNIÕES SOBRE PLANOS DE SAÚDE

A quarta-feira do dia 12/06/2019 teve uma tarde movimentada na sede da ANFIP-MG, em BH. Com a presença de dezenas de associados, foram feitas duas reuniões a fim de se discutirem questões relacionadas aos planos de saúde oferecidos pela ANFIP-MG (da Unimed-BH, administrado pela Qualicorp/Aliança) e pela ANFIP Nacional (ANFIP Saúde).

Na primeira reunião, a presidente da ANFIP-MG, Ana Maria Morais da Silva, agradeceu a presença de todos, apresentou a consultora e representante da Qualicorp/Aliança, Aline Garanhani, e passou a palavra para a VP Ilva Franca, que esclareceu que a ANFIP-MG possui dois planos de saúde, sendo um deles fechado para novos participantes. O outro — objeto da parceria entre a ANFIP-MG, a Qualicorp/Aliança e a Unimed-BH — é aberto, ou seja, disponível para novas adesões. “O plano é estadual e regional, com atendimento emergencial em todo o país”, disse. Ressaltou ainda que o próximo reajuste será em agosto de 2019 e distribuiu a tabela com as informações sobre ele.

Em seguida, Ilva Franca passou a palavra para a consultora Aline, que discorreu sobre aspectos gerais do plano Unimed-BH oferecido pela ANFIP-MG aos associados e abordou detalhes sobre o processo de negociação do reajuste, cuja data base é o mês de agosto de cada ano, como já foi salientado.

Além disso, diante do imbróglcio envolvendo o plano de saúde que a ANFIP Nacional disponibiliza (Unimed Vitória) e da possibilidade de

migração dos beneficiários desse plano para a Unimed-BH, Aline informou que a Unimed-BH veda a inserção de agregados [pessoas que integram o plano sem relação de dependência com o beneficiário] em seus planos.

O que seria possível, segundo afirmou a consultora, é que os agregados contratem um plano individual (na Unimed-BH) aproveitando todas as carências e condições que já tenham sido cumpridas no plano anterior (Unimed Vitória). Trata-se da portabilidade especial, que leva em consideração o rompimento de contrato alheio às vontades dos beneficiários, sendo, por esse motivo, permitido que aproveitem os benefícios já adquiridos no plano encerrado.

No entanto, a situação aventada acima parece não ser necessária, já que, na reunião subsequente, o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, tranquilizou os beneficiários do plano Unimed Vitória dizendo que o novo contrato com a administradora (Benevix) e com a operadora (Unimed Vitória) deveria ser assinado entre os dias 13 e 14/06/2019.

Em sua exposição, Floriano narrou detalhes das negociações realizadas e problemas enfrentados pela ANFIP nos últimos meses em relação ao plano Unimed Vitória, bem como frisou que a intenção da Entidade nunca foi abandonar a Benevix/Unimed Vitória, mas apenas buscar o melhor para os associados.

Segundo Floriano, após análise de todas as situações em que se encontrava o plano e das limitações para sua melhoria, “a Comissão de Saúde da ANFIP apontou uma decisão em três passos para o Conselho Executivo: 1) Romper o contrato com a Benevix; 2) Abrir negociações com a própria Benevix, com a Unimed Vitória e com outras empresas do mercado; e 3) Fechar um acordo em que não constasse mais uma cláusula de exclusividade”, observou. Essas decisões foram aprovadas pelo Conselho Executivo da ANFIP.

Após intensas negociações, no novo contrato, conforme disse o presidente, haverá



controle, por parte da Associação, sobre a sinistralidade [o que acontecerá a cada três meses], com acesso aos cálculos atuariais e com a possibilidade de indicar técnicos para a auditoria. De acordo com ele, isso “trará mais segurança para que, ao final de um ano, tenhamos um reajuste real”, afirmou. “Além disso, a ANFIP terá liberdade para buscar, no mercado, outras opções, tanto de administradoras quanto de operadoras, com algumas condicionantes. E ainda: com a nova adesão, o reajuste será apenas daqui a um ano. Ou seja, ganhamos seis meses de vigência dos valores atuais, que continuarão os mesmos do contrato anterior”, comemorou. O novo contrato foi assinado no dia 14 de junho de 2019 (confira em <http://bit.ly/2xcLPyl>).

Por fim, Floriano Sá Neto afirmou que as pessoas que foram para outros planos em virtude do rompimento do contrato com a Benevix podem restabelecer o plano da ANFIP com a Unimed Vitória.



GALERIA DE FOTOS DOS EX-PRESIDENTES DA ANFIP-MG TEM MAIS UMA INAUGURAÇÃO

Aconteceu no dia 03/05/2019, na sede da ANFIP-MG, a inauguração da placa alusiva à gestão da ex-presidente Ilva Maria Franca Lauria (07/2016 a 07/2017) e do retrato da ex-presidente Ana Lúcia Guimarães Silva (gestão 08/2017 a 06/2018) na Galeria dos Ex-presidentes da Associação. O evento contou com a participação do presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, e do vice-presidente de Assuntos da Seguridade, Décio Bruno Lopes.

Compuseram a mesa de honra a presidente da ANFIP-MG, Ana Maria Morais da Silva; o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto; e as homenageadas, Ilva Franca e Ana Lúcia Guimarães Silva.

Em seu pronunciamento, Ana Maria Morais da Silva mencionou que há mais de 50 anos, a ANFIP-MG se destaca na defesa dos direitos dos Auditores-Fiscais, da carreira de Auditoria Fiscal e dos direitos sociais de toda a sociedade, especialmente no que diz respeito à Previdência e à Seguridade Social e que, “estamos aqui graças a muitas pessoas, que doaram seu tempo, dedicação e amor à nossa Entidade, especialmente os colegas que estampam a memorável Galeria dos Ex-presidentes”, destacou. Ela parabenizou as homenageadas pelo brilhantismo, talento, habilidade e dedicação com que exerceram a presidência e conduziram a atuação da Entidade.

O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, parabenizou as homenageadas pela maneira como conduziram o trabalho à frente da ANFIP-MG e falou que o estado de Minas Gerais está bem representado na ANFIP com os vice-presidentes Décio Lopes e Ilva Franca.

O vice-presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Afonso Ligório de Faria, defendeu as principais bandeiras recentes da ANFIP e da ANFIP-MG, a Reforma Tributária Solidária e a luta contra a reforma da Previdência (PEC 6/2019), conclamando toda a categoria a participar das mobilizações. Sobre as homenagens, disse que é uma satisfação esse momento de agradecimento e de reconhecimento de valor de duas colegas tão ilustres e queridas.

Ilva Franca expressou sua alegria e disse que é gratificante receber os colegas para prestigiar o evento. Ela aproveitou para parabenizar a ex-presidente Ana Lúcia pelo trabalho desenvolvido quando esteve na presidência da ANFIP-MG.

Na sequência, fez questão de relembrar as lutas contra diversas medidas dos governos que atacam os direitos da sociedade e dos servidores públicos. “E agora vem a PEC 06/2019 (reforma da Previdência), que é muito pior do que a PEC 287/2016 [proposta pelo ex-presidente Michel Temer] e o bode expiatório são os servidores públicos. Todos nós temos que fazer trabalho na base, procurar os deputados, pois vamos precisar disso”, conclamou.

Franca também destacou o pioneirismo do projeto Reforma Tributária Solidária, encabeçado pela ANFIP em conjunto com a Fenafisco, e a articulação do trabalho em prol

dessa proposta através da formação da Frente Parlamentar Mista da Reforma Tributária e das respectivas frentes nos estados.

A ex-presidente Ana Lúcia Guimarães Silva mencionou que é uma honra participar da Galeria de Ex-presidentes, “[formada por] colegas que tanto contribuíram para o sucesso e engrandecimento de nossa Associação”, disse.

Ela fez questão de destacar uma preocupação que tem há algum tempo: a baixa participação dos associados nas atividades realizadas pelas entidades. “Hoje, vejo a preocupação dos associados quanto às questões de nossos direitos e suas discussões nas redes sociais. São opiniões e sugestões variadas, que teriam grande eficácia se transformadas em ações. Entendo que a participação dos associados na vida associativa é fundamental para sua existência. A vitalidade de qualquer entidade só é alcançada quando ela conta com o interesse de seus membros”, refletiu. “Meu desejo é que possamos, juntos, fortalecer nossa valorosa ANFIP-MG, que atua em prol e defende incondicionalmente os interesses e direitos da categoria há cinco décadas”, finalizou.

Após os discursos, foram feitos os descerramentos dos retratos de Ilva Franca e Ana Lúcia, bem como foi entregue a Ana Lúcia uma placa de agradecimento pela sua atuação, assim como foi feito com os outros ex-presidentes no evento de comemoração do Cinquentenário da ANFIP-MG. As homenageadas ainda receberam um buquê de flores.



ASSOCIADOS CELEBRAM ANIVERSÁRIO E DIA DAS MÃES

Depois do evento de inauguração de retratos, os convidados se dirigiram para o Salão Lúcio Avelino de Barros para comemorar o aniversário dos associados que nasceram nos meses de janeiro a abril e celebrar o Dia das Mães.

A festa, bastante animada e prestigiada, contou com apresentação musical do cantor SandroAlex Shows e Eventos.

No final, as mães receberam um vasinho de flores com uma mensagem em comemoração ao seu dia.



ANIVERSARIANTES

JUNHO

Carlos Roberto Bispo.....01	Diorcisa das Mercês Paes de Lima.....08	Eloisa Pedrosa Assumpção.....17	Ilda Lopes Kalume.....25
Domingos Corrêa.....01	Maria da Glória Dutra.....08	Marluce Josefa de Miranda Silva.....17	Lourdes Evangelista da Silva Brécia.....25
Iris Aparecida de Fatima Borba Borges.....01	Mozar Lemos Cordeiro.....08	Ângela de Oliveira Correa.....18	Maria das Graças Gonçalves Queiroz.....25
Amâncio Fernandes Caixeta.....02	Auriniza Sacchetto Y Cavalcanti.....09	Aquino Laureço César.....19	Maria Lúcia Drumond Procópio.....25
Izabel Costa Xavier de Barros.....02	Cláudia Maria Castelar Campos Alves.....10	Nadyr Aparecida Campanha das Dores.....20	Ana Maria Teixeira.....26
Júnia Garcia de Mello Fróes.....03	Fernando Antônio Alvares Maciel.....10	João Francisco da Cunha.....21	Antônio Carlos Guimarães Soares.....26
Kátia Regina de Araújo.....03	Júnia de Freitas Paula.....10	Joaquina de Sousa Moreira.....21	Alcides Nadir Santana.....27
Ana Cristina Anastasia Machado.....04	Wânia Maria França Capparelli.....10	Maria Inês Pereira Dias.....21	Edson Jôfre Faria.....27
Pedro Américo Campos Alvim.....04	Bernadette Mourão Duarte.....11	Marta Leni Pimenta Oliveira.....21	Lucy Martins da Cunha.....27
Edma Sueli Rosa D'Assumpção.....05	Emar Eustáquio Nunes Linhares.....11	Pedro Antônio Moreira.....21	Antônio Paulo Pires.....28
Eneyda de Oliveira Garcia.....05	Maria Rosália Bontempo Martins.....11	Divaldo Mello Jardim.....22	César Augusto Alves Neto.....28
Mauro Lucas de Almeida.....05	Neli Furlan de Rezende.....11	Evandro Costa.....22	Eliana Maria Tameirão de Andrade.....28
Maria Lucia Barbosa.....06	Antônio de Lima Mattos.....14	Flávia Prates Schulthais.....22	Ruth Prata Gomes de Faria.....28
Marisa Braga Olivar da Cruz.....06	Geraldo de Melo Vilaça.....14	Márcia Maria Bacha Fernandes.....22	Liliane Monteiro Cobucci S. Rabelo.....29
Áurea Maita Tavares do N. Henriques.....07	Maria Beatriz Ferreira Roberto.....14	Maria Montenegro Menezes.....22	Wanda Maria de Amorim Aguiar.....29
Maria Madalena Vieira.....07	Sebastião de Souza.....14	Sônia de Andrade Reis Sales.....22	Beatriz Bizzotto.....30
Nelsa Andrade Paiva.....07	Renilda Fatima de Oliveira.....15	Geraldo Agripino Bento.....23	Clice Vianna Yered.....30
Renilda Reis da Cruz.....07	Aureliano Fagundes de Oliveira.....16	Dirceu Nery.....24	Maria A. Valladares Guimarães.....30
Roberto de Andrade Pinto.....07	Donata de Souza Guerra.....16	Maria José de Figueiredo.....24	Nair Zuchi Ozório.....30
Rui Avelar de Souza.....07	Maria da Glória Rosa de Freitas.....16	Amazilles Cattete Tamietti.....25	

JULHO

Adylles Cheab Santiago de Crestoni.....01	Maria Madalena Theodora.....08	Clélia Perotti Cantudo.....15	Mária Luiza Jorge.....23
Heloisa Maria de Moura Linhares.....01	José Maria Borges.....09	Dilcea Canabrava Viana.....15	Antônio Augusto Roman.....24
Inês Zanetti.....01	Luiz Roberto Aguiar.....09	Celita Barroso Rezende.....16	Theresa Martha Vieira Peixoto.....24
Bernadete Cristina Luz Brochado.....02	Renato da Silva Gonzaga.....09	Adilson Monteiro Gonzaga.....18	Walkyria Gianna B. O. Barcelos Corrêa.....24
Félix Borém de Oliveira.....02	Vania Rodrigues Alves de Meneguetti.....09	Arnalda dos Santos Ferreira.....18	Ângela Maria Lamounier.....25
Janete de Oliveira Pinheiro Armond.....02	Célia Lúcia Faria de Alvarenga.....11	Eliana Maria Vilas Boas Moras.....18	Anna Lúcia de Almeida.....25
José Bonifácio Pereira.....02	Arliton de Paula Faria.....12	Tânia Régia Silva Nunes.....18	Clara Grynberg Tochner.....27
Judite Izabel Reis.....02	Dora Bely Brandão Marques.....12	Giselle Libânio Beghini Percopo.....20	Renato Orozimbo de Oliveira.....27
Fernando de Bulhões Lacerda Pereira.....04	Ednor Santos Fuchs.....12	Maria Christina Lima Rocha.....20	Ana Maria dos Reis.....29
José Carlos Pereira Júnior.....05	Jacira Miranda Cavalini.....12	Paulo Vicente de Azevedo.....20	Gilvano Monteiro Alvarenga.....29
Maria Angélica Salomé.....05	Nilton Santos de Sena.....12	Tânia Aparecida de V. Pedroso Balbo.....20	Lucília Aarão Rodrigues.....29
Maria do Carmo Lage Soares.....05	Delcy Portes Ervilha.....13	Wilson Silva de Miranda.....20	Maria de Fátima Silva Santos.....29
Washington Luiz de Souza.....05	Hilda Silveira de Moraes Oliveira.....13	Aciclea Verdolim Barbosa.....21	Vanda da Conceição Tavares.....29
Ivonilde Rodrigues Milagres.....06	Ivanete Tânia Silva Gontijo Figueiredo.....13	Adelmo França Malta.....21	Vicente Carlos Hippert Soares.....29
Marcos Tadeu Rodrigues Vieira.....06	Maria de Lourdes Pereira Moreira.....13	Maria José Soares Freire.....21	Geralda de Lourdes Pereira Possa.....30
Maria Elisabeth Vieira.....06	Maria Monica de Castro R. Silva.....13	Daisy Coutinho Brandão.....22	Ana Lucia Salgado dos Santos.....31
Maria Helena Araújo.....06	Maria Regina de Souza.....13	Nelson Madalena Penitente.....22	Maria Elisa Ruas.....31
Célia Maria das G. Mendonça de Melo.....07	Maria Lúcia Dâmaso.....14	Jair Arcanjo Ribeiro.....23	
Andréa M. de Castro Teixeira Franco.....08	Thais Ramos Tannure.....14	Maria Celia Cordeiro Tupynambá.....23	

AGOSTO

Ilza Rodrigues de Souza.....01	Lídia Maria de Moura Rocha.....12	Geraldo José Januário.....20	Marília Garcia Iglesias F. Amaral.....25
Etelvina Maria da Rocha.....02	Maria Lúcia Carazza Ferreira.....13	José Fabiano.....20	Cristina Mendes Raid.....27
Gercino Parreiras da Silva.....02	Mariza Barbosa de Abreu Leonardo.....13	Maria Stella Gazzinelli de Oliveira.....20	Ivoni Veneranda Gobbi Lima.....27
Joaquim Jarbas de Oliveira Viana.....02	Marcelo Soares Coelho.....14	Luci Porto Teixeira Leite.....21	Agostinha Duarte Lobo.....28
Olga Rodrigues de Paula.....02	Ivone Amâncio da Silva.....15	Maria da Glória Ferreira Pimenta.....21	Ilva Maria Franca Lauria.....28
José Aparecido de Castro.....03	Mônica Assunção Polignano.....15	Paulo Alvarenga de Faria.....21	Norvindo Teixeira Trindade.....28
Sebastião Carvalho.....03	Evandro Cesar de Almeida Carneiro.....16	Valéria Ragonenzi Resende Avelino.....21	Rosimeire da Silva.....28
Celma Marques Modesto.....05	Maria das Graças Rocha da Silva.....16	Lúcia Helena Carvalho Pinto Bittencourt.....22	Hélio de Souza Monteiro.....29
Dileia Marly Thomaz Siuves Tavares.....07	Milton Walter dos Santos.....16	Ângela Maria Moreira Canut.....23	Maria Letícia Rocha Pimenta.....29
Helena Carvalho da Fonseca.....08	Daniilo Drumond Avelino.....17	Eunício França.....24	Luciléia Alves Vaz.....30
Maria Ignez Paes Barreto.....08	José da Cruz Machado.....17	José Maércio Pereira.....24	Mário Lúcio Guerra.....30
Helio Fabio Pereira.....10	Vicentina Gonçalves Vieira Silvério.....17	Nanci Bicalho de Pádua Freitas.....24	Licurgo Leão Silveira.....31
Edward Castro Dias.....11	Clélia Perazzoni Gabriel.....18	Vânia Maia Neves.....24	Valdelice Cunha de Almeida.....31
Maria da Conceição Souza Linhares.....11	Ana Maria Morais da Silva.....19	Juliana de Araújo Mart Alves.....25	
Clarice de Almeida Mesquita.....12	Helenice Silva Rocha.....19	Luiz Sérgio Fonseca Soares.....25	
Dimas Antonio Alves da Silva.....12	Cláudio Maia.....20	Maria das Graças Maciel Vidigal.....25	

FALECIMENTOS

Djalma José Fernandes | Aposentado-BH (03/02/2019)

Álvaro França Mata | Aposentado-Esmeraldas (27/02/2019)

Hilda Pereira Barroso | Pensionista-BH (11/03/2019)

Nilo Moreira Pinto | Aposentado-BH (03/04/2019)

Humberto de B. Menezes | Aposentado-Uberlândia (13/04/2019)

› BINGO BENEFICENTE

CORAL VOZES DAS GERAIS ANIMA CONVIDADOS NA ANFIP-MG

A ANFIP-MG promoveu, no dia 27/03/2019, em sua sede, um bingo beneficente em prol do Coral Vozes das Gerais, formado por servidores da Receita Federal do Brasil e do INSS.

O bingo contou com o apoio de diversos colaboradores, dentre eles a associada Cecília Buzzelli dos Santos, que ofereceu a maioria dos brindes. Alguns foram sorteados e outros destinados aos ganhadores do “jogo”.

O evento teve início com a apresentação de cinco belas canções pelo Coral Vozes das Gerais, que completou 20 anos de existência em agosto de 2018, comemorados com o show **20 anos de história para cantar**, realizado no dia 28 de setembro, no Teatro Izabela Hendrix, em BH/MG. “Foi um sucesso, com a casa lotada, quase 500 lugares preenchidos. Tivemos músicos que nos



Giuliano Peivoto

acompanharam, solistas e cantamos 15 músicas. O DVD do show está quase saindo”, informou a diretora administrativa do Coral e associada da ANFIP-MG, Maria Lúcia Damaso.

Para ela, sem o apoio da ANFIP-MG, Anasps e outros colaboradores, não teria sido possível alcançar essa marca.

Os eventos como o bingo também são importante fonte de receita extra, segundo Damaso. “Além disso, temos outros apoiadores, como a Cecília Buzzelli, que é uma das maiores incentivadoras e colaboradoras. Ela já esteve aqui hoje e tivemos oportunidade de agradecê-la, por meio de um cartão. Ela faz parte desses 20 anos”, exaltou.

Por fim, a diretora falou também sobre a importância do Coral: “Ao longo desses 20 anos, o que temos de *feedback* do pessoal é que ele funciona como uma terapia para

os servidores, um momento em que você esquece dos problemas. Temos muito orgulho dessa história, porque não foi fácil chegar até aqui. Quase encerramos as atividades na época da mudança da Receita, em 2007. Mas resistimos, estamos firmes e lutando para não deixar acabar, pois é muito bom” concluiu.

OLAVO DE CARVALHO: QUE SUJEITO É ESSE? (por José Geraldo Heleno*)

A mídia refere-se com frequência a esse escritor, ora como “guru do presidente”, ora como astrólogo, como autoproclamado filósofo... Afinal, que figura é esta?

Para sair do lugar comum, desembolsei noventa reais e comprei, de Felipe Moura Brasil (organizador) o livro intitulado **Olavo de Carvalho: o mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**.

Os termos do título dão, por si mesmos, uma ideia do que povoa as páginas a serem lidas. Se – convém alertar – o leitor conseguir ler até o fim. Eu não consegui, mas tenho alibi: sou bastante racional, questionador, não sou ultraliberal ou de extrema direita nem dado a fanatismos. Penso que não sou preconceituoso. Principalmente sei que sou, e gosto de ser brasileiro. Os muitos descontentamentos que este país me traz não me impedem de amá-lo.

Os cerca de vinte por cento que li do livro sugerem que não há mudanças nas páginas que não li. Para ter certeza, pesquisei aleatoriamente outros tópicos, que só confirmaram minha suspeita. Trata-se de uma coletânea de 193 textos de O.C., versando, entre outros temas, sobre conhecimento, cultura, democracia, socialismo, etc.

Pelas citações, o autor demonstra uma boa bagagem de leitura, mas não consegue locar as ideias de autores díspares num espectro ideológico próprio, que ele parece não ter. Além disso, por vezes, faz muitas afirmações que afrontam o senso comum ou o bom senso (um exemplo: “o Instituto Plínio Correia de Oli-

veira... Cito essas entidades de caso pensado: elas nada têm de radical” p. 258), ou nega com frequência o aceito como óbvio, sem demonstrar suficientemente suas posições. Filósofo, com certeza, ele não é, a não ser na sua própria avaliação. Astrólogo, como as vezes a mídia o chama, não encontrei nada que respalde isso. Pensador? Até certo ponto sim, mas enfoca tantos temas e de maneira tão fragmentada e preconceituosa, que... talvez seja melhor pensar mais antes de lhe atribuir o título. Jornalista, sim. Com publicações em vários jornais (Diário do Comércio, O Globo, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, entre outros).

No que ele é coerente o tempo todo é no pensamento negativo sobre o Brasil e nós brasileiros. Exalta o conhecimento e, em seguida, o desqualifica em relação a nós (“Os brasileiros de hoje são tagarelas e preguiçosos: não estudam nada e opinam sobre tudo”- p.33. “Precisei viajar um bocado pelo mundo para me dar conta de que Aristóteles se referia à natureza humana em geral e não à cabeça dos brasileiros”- p. 37). Cita respeitosamente as universidades estrangeiras e tem cuidado de reduzir as brasileiras a lixo.

Depois de degradar as raças que constituem nossa origem (portugueses, negros e índios), acrescenta: “Um pouco da ética da vocação existe ainda entre nós graças à influência dos imigrantes...”(p. 48). Sobre a cultura brasileira: “toda a história da nossa cultura é a do eco de um eco da sombra de uma sombra”(p. 63). “Em quinhentos anos de existência,

a cultura deste país não deu ao mundo um único registro de experiência cognitiva original” (p. 63).

Sobre a ciência social, escreve: “Nossa ciência social, atada com cabresto marxista e cega às realidades psicológicas mais óbvias da nossa vida diária, jamais se deu conta da imensa tragédia vocacional brasileira, que condena milhões de pessoas a viver presas como animaizinhos, entre a dor inevitável e o prazer impossível” (p. 48).

Realmente, dá para entender onde está a fonte da perseguição às universidades brasileiras, à cultura, às ciências humanas. Tudo isso acentuado pela profunda admiração, em detrimento do Brasil, de tudo o que é estrangeiro, especialmente norte-americano.

Pelo menos numa coisa Olavo de Carvalho é coerente. Como não suporta o Brasil e os brasileiros, teve a hombridade de mudar-se para os Estados Unidos. Até que outros podiam imitá-lo nisso aí, o que não seria ruim. Aqui, até caberia aquele slogan dos anos 60-70: Brasil: ame-o ou deixe-o. (CARVALHO, Olavo de. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2018, 615 p.)

**José Geraldo Heleno é Auditor-Fiscal e VP de Comunicação e Relações Públicas da ANFIP-MG, graduado em Letras pela UFJF, mestre em Teoria Literária pela UFRJ e doutor em Literatura Clássica pela USP. Tem seis livros publicados.*

BÔNUS DE EFICIÊNCIA

SUSPENSÃO DA ANÁLISE E JULGAMENTO

Depois de os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil perderem o subsídio como forma de remuneração — o qual foi defendido veementemente pela ANFIP —, a regulamentação do Bônus de Eficiência e Produtividade (BEP) segue a mesma cartilha da última campanha salarial, arrastando-se indefinidamente.

O BEP, ainda pendente de regulamentação, foi instituído pela Medida Provisória 765/16, convertida na Lei 13.464/17. A norma trouxe ainda a volta do vencimento básico no lugar do subsídio.

No final de 2017 e início de 2018, o pagamento do BEP aos aposentados foi alvo de análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que questionava sua constitucionalidade. A decisão do TCU foi suspensa por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF).

O Tribunal de Contas da União já havia suspenso o pagamento do bônus aos Auditores aposentados e aos pensionistas, em agosto de 2017, alegando que, sobre o valor, deveria incidir a contribuição previdenciária. Na ocasião, a ANFIP buscou apresentar — junto à Advocacia Geral da União e da própria Corte de Contas — os argumentos para a retomada do pagamento, o que foi feito em setembro daquele ano. O ministro do TCU, Benjamin Zymler —, que havia suspenso o bônus para os inativos — acatou os argumentos da Entidade, obrigando o Ministério do Planejamento a reinserir esse grupo na folha de pagamento.

No entanto, Zymler recomendou à Casa Civil da Presidência da República a revisão dos artigos 14 e 24 da Lei nº 13.464/2017, no sentido de se autorizar a inclusão do bônus na base de cálculo da contribuição previdenciária, tornando-a compatível com o regime previdenciário estabelecido na Constituição Federal.

Em março de 2019, a ANFIP foi admitida como *amicus curiae* no processo TC 005.283/2019-1 do TCU, que trata dos valores pagos aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. Assim, a Associação passou a ter poderes para apresentar memoriais e, eventualmente, produzir sustentação oral.

Porém, no dia 22/05/2019, o julgamento do mérito do pagamento do BEP aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e do Trabalho foi adiado pelo ministro relator do caso na Corte, Bruno Dantas, a pedido do Ministério da Economia.

POSIÇÃO DA ANFIP

A ANFIP defende a manutenção do pagamento integral e igualitário para os Auditores-Fiscais da ativa e aposentados e também a contribuição previdenciária sobre o BEP. “Buscamos uma defesa conjugada visando

à continuidade do pagamento do bônus para todos os Auditores-Fiscais da Receita Federal, prioritariamente nos moldes propostos pela ANFIP, ou em conformidade com a lei”, explicou o presidente Floriano Martins de Sá Neto.

A convicção firme da ANFIP é de que o BEP é constitucional e deve ser pago integralmente aos aposentados em nome da regra constitucional da paridade, que está sendo pedida em ação coletiva e também pode ser pleiteada em ações individuais.

Em reunião realizada com associados na ANFIP-MG, em 12/06/2019, Floriano Sá Neto discorreu sobre o caso: “É uma coisa que está nos preocupando muito, pois agora não é só aposentado que vai sofrer. Agora será julgado o BEP inteiro, se ele pode ou não ser pago para ativos e aposentados e pensionistas. A ANFIP está atuando com muito rigor nessa demanda. Como a luta da Associação sempre foi a manutenção do subsídio, se é para continuar pagando o bônus, que continue com a paridade”, defendeu.

A ANFIP, além de defender a manutenção do pagamento integral e igualitário aos Auditores-Fiscais da ativa e aos aposentados e pensionistas, também defende a contribuição previdenciária sobre o BEP.

O presidente aproveitou para anunciar que a Entidade ingressará com ações judiciais individuais a fim de garantir o pagamento a todos os associados. “O Sindireceita já anunciou [que vai judicializar a demanda], o Sindifisco Nacional também vai e a ANFIP não ficaria de fora”, frisou.

DEFESA DO SUBSÍDIO

O ano de 2017 foi marcado por uma das negociações salariais mais difíceis da história da carreira e a ANFIP lamenta que ainda hoje ocorram resquícios daquele processo. A Entidade fez um esforço concentrado para que a proposta apresentada pelo governo, e posteriormente aprovada pelo Congresso, não tivesse essa formatação: vencimento básico + bônus. A Associação posicionou-se contra essa configuração de pagamento desde a sua concepção, pois tinha ciência dos efeitos jurídicos que decorreriam da medida, o que prejudicaria, mais cedo ou mais tarde, toda a categoria.

A defesa do subsídio foi enfática, pois, para a Entidade, a valorização desta forma de remuneração, paga às carreiras típicas de Estado, era essencial para o futuro dos Auditores-Fiscais. Prova disso foi a recusa da Associação em assinar a parte remuneratória da negociação, por repudiar as inconstitucionalidades trazidas pela matéria, já que o vencimento

básico acrescido do bônus, além de dificultar o acompanhamento pela sociedade dos gastos com servidores, favorecia a desvalorização da própria remuneração e a quebra da paridade.

Como alternativa, a ANFIP apresentou emendas (caso das Emendas 14 e 141) a fim de incorporar ao subsídio os valores que foram apresentados para o bônus (R\$ 3 mil), nos mesmos moldes do projeto que havia sido aprovado para os delegados e peritos da Polícia Federal. Para a Entidade, a incorporação dos valores era uma forma de valorizar o subsídio, garantir a paridade e resguardar os Auditores-Fiscais de processos como este apresentado pelo TCU.

A ANFIP segue na defesa dos direitos de seus associados e mantém-se fortalecida para atuar no referido processo, visando garantir o recebimento do BEP pelos Auditores-Fiscais. (Com informações da ANFIP)

CÂMARA MANTÉM ATRIBUIÇÕES DOS AUDITORES-FISCAIS

Após intenso trabalho parlamentar feito pela ANFIP durante a votação da MP 870/19 — que reestrutura a Administração Pública Federal —, no Plenário da Câmara dos Deputados, foram retiradas do texto as limitações que estavam sendo impostas às atribuições dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.

A Comissão Especial Mista que analisou a matéria no Congresso Nacional havia aprovado a retirada de atribuições dos Auditores-Fiscais de informar possíveis ilícitos ao Ministério Público. Além disso, determinava que eles precisariam de uma ordem judicial para compartilhar qualquer informação de indício de crime com órgãos ou autoridades, com exceção daqueles relacionados à tributação ou aduaneiros.

A ANFIP-MG entende que a retirada dessas atribuições diminuiria o combate à sonegação, à corrupção e à lavagem de dinheiro, enfraquecendo a Corregedoria da Receita Federal e a Escola de Administração Fazendária (Esaf) — incorporada, pela mesma MP, à Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Em acordo firmado entre os parlamentares, o tema será rediscutido na forma de um projeto de lei. Por isso, continuamos mobilizados, atuando em defesa das prerrogativas dos Auditores-Fiscais, a fim de que o interesse público seja respeitado como princípio fundamental nas atuações da administração pública.